

Gramsci e Togliatti diante do fascismo

MARCOS DEL ROIO*

Origens do fascismo

O movimento nomeado *Fasci di Combattimento* surgiu em março de 1919, por iniciativa de Benito Mussolini, menos de dois meses antes do aparecimento do semanário *L'Ordine Nuovo*, fundado por Antonio Gramsci e outros antigos estudantes da Universidade de Turim, que não sem algum incômodo pertenciam ao Partido Socialista Italiano (PSI). Mussolini havia sido expulso do PSI por defender o ingresso da Itália na guerra em defesa dos “interesses nacionais”. A ideologia nacionalista possibilitou a agregação de agrupamentos de ex-combatentes rancorosos com o resultado da guerra, da qual a Itália, mesmo tendo estado ao lado dos vencedores, saía quase como que vencida, em terrível crise política econômica e moral – uma crise orgânica, como mais tarde diria Gramsci nos *Cadernos do cárcere*. Essa agregação de forças paramilitares atraiu a pequena burguesia dilapidada pela crise para um projeto de revolução que fosse seu, não do proletariado, nem da burguesia.

L'Ordine Nuovo, de sua parte, se envolveu e conduziu a experiência dos conselhos de fábrica, em Turim, os quais deveriam ser o embrião de um novo Estado, um Estado operário. Essa rica experiência revolucionária encontrou-se derrotada em fins de 1920, em grande medida por conta da oposição da direção do PSI e dos dirigentes sindicais. Não havia outro caminho senão o de cindir o partido socialista e fundar o partido comunista, no qual viria a ter papel preponderante a

* Prof. titular de Ciências Políticas da Unesp – FFC, Marília. E-mail: delroio@terra.com.br

figura de Amadeo Bordiga. No mês de janeiro de 1921, ocorreu então a fundação do Partido Comunista da Itália (PCI) e em novembro do mesmo ano o movimento fascista se transformou no Partido Nacional Fascista (PNF).

A luta aberta contra o proletariado, que já vinha desde 1917, ficou acentuada depois da derrota do movimento conselhistas, com a burguesia passando a financiar e a manipular as esquadras fascistas para desencadear desapietada repressão contra as organizações operárias e camponesas – sindicatos, partidos, cooperativas – em clara aliança com as forças repressivas do Estado. A ação violenta do fascismo começou na planície do rio Pó – onde a organização de trabalhadores rurais era muito forte –, tendo depois se espalhado para as cidades.

A dificuldade de se apreender a particularidade do fenômeno fascista era notável. Nem a Internacional Comunista, nem a direção do PCI, com Bordiga, pareciam capazes disso. O fascismo era visto como um genérico movimento reacionário. O fato é que o próprio caráter do fascismo, indefinido no programa e na ideologia, de modo a abrigar diversas concepções diferentes, apenas unificadas na figura do chefe Mussolini, dificultava a apreensão. As relações com a Igreja e com o liberalismo burguês eram ambíguas, mas aí é que aparecia a força do fascismo.

Sobre a natureza do fascismo

Em outubro de 1922, poucos dias antes do Partido Nacional Fascista assumir o governo, Palmiro Togliatti escreveu um relatório para o IV Congresso da Internacional Comunista, que se desenrolaria em novembro e dezembro. O texto de Togliatti localiza as raízes do fascismo no processo de unificação da Itália, na forma como ocorreu, como um aspecto da mudança nas relações internacionais, que permitiram que o reino piemontês executasse a conquista de toda a península. O resultado disso foi a debilidade das classes dirigentes italianas e a necessidade de uma política permanente de repressão social.

De outro lado, entre os dominados da cidade e do campo se desenvolveu um “subversivismo”, que não reconhecia o Estado e que chegou no pós-guerra a formar um Estado paralelo em torno do PSI. A incapacidade da direção do PSI em conduzir as massas para a insurreição implicou a derrota da classe operária e dos camponeses. A partir daí o “subversivismo” nacionalista e fascista ganha corpo e arrasta consigo a pequena burguesia frustrada com os desdobramentos da guerra e até mesmo setores operários. O discurso nacionalista abre caminho para a adesão de setores do próprio Estado (Togliatti, 2004, p.3-28).

A reflexão de Gramsci e dos comunistas italianos se desenrolou na medida em que o movimento fascista, com o passar do tempo, tornou mais explícito o seu significado de processo de construção de um novo regime político, que reordenava as classes dominantes e reformulava o Estado com a intrusão da pequena burguesia agregada no Partido Nacional Fascista.

O discurso proferido pelo então deputado Antonio Gramsci, em 16 de maio de 1925, criticava o projeto de lei chamado de Mussolini-Rocco contra as organizações secretas, mas foi também uma crítica substantiva do fascismo, mesmo

contando com alguns limites. Em princípio a lei estaria voltada ao desmantelamento da maçonaria, que era a espinha dorsal da administração pública da monarquia liberal italiana e da própria burguesia. Gramsci denuncia então que o fascismo representaria os interesses das classes agrárias semifeudais e pretendia alçar a pequena burguesia fascista à camada dirigente do Estado. A tal lei, por suposto, visava também às organizações autônomas da classe operária que ainda sobreviviam e resistiam ao fascismo (Gramsci, 1997). O que Gramsci ainda não percebera é que estava para acontecer a aproximação entre a pequena burguesia e o capital financeiro, o que reorganizaria o conjunto das classes dominantes e submeteria a oposição liberal. Com isso estaria resolvida a disputa entre as opções históricas da burguesia italiana: a aliança da burguesia industrial com a aristocracia operária para oprimir o campesinato meridional e submeter os proprietários de terra (com o uso de barreiras aduaneiras), ou uma aliança com uma incerta pequena burguesia rural em nome de uma democracia rural fundada no mercado livre.

Foi, de fato, no documento apresentado ao III Congresso do PCI, realizado em Lyon, na França, em janeiro de 1926, que Gramsci, com colaboração estreita de Palmiro Togliatti, elaborou uma análise mais sofisticada do fenômeno fascista, ligando-o à questão meridional. Agora já se reconhece que o fascismo completou o seu projeto de unificação orgânica da burguesia, o que induz os comunistas a analisar a estratificação da burguesia e do fascismo, suas contradições internas e situação internacional. O fascismo evidenciava uma situação reacionária, mas sua queda criaria uma situação democrática propícia ao avanço do movimento operário (AAVV, 1990).

Em maio desse ano de 1926, Togliatti publica um artigo sobre o fascismo italiano na revista *L'Internationale Communiste*, que resultava da elaboração coletiva do grupo dirigente do PCI conformado no III Congresso. Chama muito a atenção o preâmbulo do texto relativo a questões metodológicas. Togliatti destaca como já se difundia pela Europa o qualificativo *fascismo* e *movimento fascista*, o que poderia ser útil para a polêmica ou para a caracterização da situação internacional, mas seria importante, primeiro, detectar a particularidade de cada um desses movimentos (Togliatti, 2004). A análise da particularidade deveria preceder a alguma possível generalização, ao custo de se cometer erros de tática política.

Outra importante observação de Togliatti – a fim de precaver o leitor da simplificação de entender o fascismo apenas na sua relação com a pequena burguesia – é que “não se pode definir o fascismo italiano do ponto de vista social considerando uma só classe”. As oscilações do fascismo só podem ser explicadas pelas oscilações das camadas da pequena burguesia, que de simpáticas à ocupação de fábricas passaram a ser instrumento dos agrários e do capital financeiro contra o movimento operário e o campesinato. Ou seja, a análise do fascismo demanda a análise de suas relações com todas as classes. O fascismo passou por várias crises antes de assumir o perfil de partido organizador da dominação de classe da burguesia, crises essas vividas por dentro da crise do Estado italiano entre 1919 e 1922 (ibid., p.29-40).

Outro artigo de Togliatti foi publicado na mesma revista no mês de dezembro, quando já havia ocorrido a prisão de Gramsci. A Internacional Comunista havia

caracterizado a fase que se abria após a derrota do Outubro alemão (1923) como de “estabilização capitalista”. Togliatti entende que isso se mostrava verdadeiro para uma série de países da Europa, quando governos parlamentares dirigiam a ofensiva do capital sem precisar fazer uso de instrumentos de exceção semelhantes ao fascismo. No entanto, a Itália preservava a sua particularidade, dado que o fascismo trazia a instabilidade como característica, de maneira que haveria uma situação revolucionária em permanência (ibid., p.41-49).

Ainda em outubro de 1926, Gramsci e Togliatti trocaram uma correspondência na qual expunham divergências sobre como se travava e qual o significado da disputa política interna ao partido comunista russo. Depois disso ocorreu a prisão de Gramsci e Togliatti se estabeleceu em Moscou, assim que as relações entre eles foram apenas indiretas a partir de então.

As divergências com a Internacional Comunista

A insistência do PCI em ressaltar a particularidade italiana com o regime fascista, com as implicações sobre a tática, criou certa desconfiança na Internacional Comunista (IC), que acabaria numa dura contenda. Com o golpe de novembro de 1926, o fascismo se conformou como regime e foram quase extintas as liberdades de organização e expressão. O PCI passou a entender que a queda do fascismo poderia ocorrer ao modo de uma revolução popular, cujo desfecho poderia ser um fugaz governo burguês ou já a ditadura proletária, sempre na dependência da correlação de forças. A ideia das duas perspectivas não foi bem vista na direção da Internacional Comunista.

As diferenças se acentuaram quando começou a se difundir na Internacional Comunista a tese do “social-fascismo”, isto é, a tese segundo a qual a social-democracia estaria para se transformar em uma ala esquerda do fascismo, por conta da sua intenção de fazer das organizações operárias parte orgânica do Estado. Outra particularidade italiana era que tal processo de integração ao Estado não poderia ocorrer na Itália, pois os socialistas tinham sido perseguidos, presos, exilados e não poderiam ser aliados ou uma variante do fascismo. Afinal, o fascismo é um sistema reacionário, completo e consequente, que só pode ser viável em países de baixo desenvolvimento capitalista (como Lituânia, Polônia, Hungria, Balcãs).

No entanto, quando o VI congresso da IC se desenrolou em Moscou em julho/agosto de 1928, a situação do PCI era ainda sustentável, por conta da compreensão de Bukharin e Humbert Droz. Nesse conclave o relatório sobre a situação italiana foi apresentado por Togliatti, momento em que expôs essa tese sobre o fascismo. A situação se complicou até o ponto do drama a partir da segunda metade de 1929, quando a tese do social-fascismo se impôs no conjunto da IC. A ideia geral era que a crise capitalista que se antevia acentuaria a tendência à fascistização dos Estados imperialistas. As implicações foram bastante graves para o conjunto da IC, considerando-se ainda a nova fase em que ingressava a URSS, da industrialização acelerada e da coletivização do campo.

O PCI se viu obrigado a acatar as teses vencedoras na IC, que renegavam a posição do PCI sobre a particularidade do fascismo italiano, assim como a tese das duas vias possíveis de saída do fascismo com a revolução popular. Assim como outros partidos, o PCI foi pressionado a expulsar diversos dirigentes do grupo formado no III Congresso, em 1926. A fim de tentar garantir a sobrevivência do que restou do grupo dirigente e do próprio partido, que respirava em condições de extrema dificuldade no enfrentamento do fascismo, Togliatti recuou e acabou por aceitar a nova orientação política (num claro sacrifício da própria consciência), que projetava a instauração da ditadura proletária imediatamente após a queda do fascismo. Gramsci, desde o cárcere de Turim, informado da mudança de linha e das expulsões, manifestou-se da maneira mais crítica possível e defendeu que a linha do III Congresso deveria continuar vigendo e que a luta seria por uma assembleia constituinte.

A situação na IC e no PCI só se alteraria no início de 1934, quando o fascismo havia já assumido o poder na Alemanha. Esse fato desmentia a tese de que o fascismo só seria possível em países de baixo desenvolvimento capitalista e questionava a tão defendida particularidade italiana. Togliatti pode retomar e refinar a análise sobre o fascismo, com ênfase na relação entre instituições e massas, a fim de explicar a força do fascismo, a base de consenso com que contava. A previsão de que o fascismo apresentava contradições insanáveis que o levariam à queda em breve tempo foi superada, assim como a leitura da debilidade da burguesia italiana como classe.

As lições sobre o fascismo

Entre janeiro e abril de 1935, Togliatti ofereceu um curso na escola da Internacional Comunista, basicamente para os italianos que se encontravam em Moscou. A parte maior desse curso foi dedicada à análise do fascismo, mas nem todas as lições foram encontradas. O ponto de partida de Togliatti é a definição apresentada por Stálin no XIII plenun do Comitê Executivo da IC o qual dizia “o fascismo é uma ditadura terrorista aberta dos elementos mais reacionários, chauvinistas, imperialistas do capital financeiro” (ibid., p.114-236).

Nessas lições, Togliatti mostra como o fascismo conseguiu reorganizar o poder burguês com ampla base de massa, como o partido fascista substituiu velhos quadros dirigentes, conseguiu criar elementos de consenso e de coerção que neutralizaram a resistência popular e implantou o corporativismo, a forma mais reacionária de reorganização da força de trabalho. O corporativismo só é possível com o Estado fascista, com o partido fascista, os quais suprimem as liberdades democráticas. A importância da luta pela democracia ganha nova ênfase nessa fase, que coincide com a linha política da frente popular e seria aprovada no VII Congresso da IC, realizado em julho de 1935.

Enquanto Togliatti lutava pela sobrevivência do PCI (e dele mesmo) e se empenhava com denodo para a compreensão do fenômeno fascista, no cárcere de Turim, Gramsci empreendia um estudo bastante mais amplo que enfoca a situação internacional, mas que tinha no fascismo um elemento decisivo a ser apreendido, a fim de que pudesse ser formulada uma teoria política revolucionária. Entre 1922 e

1928 é muito provável que Gramsci e Togliatti estivessem de acordo na interpretação do fascismo. A pressão da IC fez que Togliatti se visse obrigado a mudar a sua leitura sobre o fascismo, na verdade persistindo e aprofundando um erro anterior, que era o de ser o fascismo um regime frágil de uma burguesia frágil. Gramsci, por sua vez, percebeu que a crise econômica capitalista fortaleceu o regime, em vez de debilitá-lo a ponto de ruir. A partir de 1934, aos poucos, Togliatti retoma a linha de confluência com Gramsci, ainda que não tivessem mais contato entre si.

O fascismo como revolução passiva

Gramsci pensa o fascismo como uma revolução passiva, uma revolução sem revolução, uma revolução restauradora. Ainda que esses termos não sejam rigorosamente sinônimos, pois são usados para a compreensão de realidades diferentes, ainda que conectadas, servem para explicar o fascismo. Em outro momento, Gramsci e Togliatti localizam-no no *Risorgimento*, período que culminou na unificação da Itália e na formação da monarquia liberal. Essa é a fase da revolução burguesa na Itália, uma revolução na qual o jacobinismo não se vinculou às demandas das massas camponesas e – num processo de transformismo – foi facilmente subsumido à direção política cultural dos liberais moderados, que procederam à unificação da península.

Para Gramsci, essa foi uma revolução passiva, por ter recebido o impacto permanente da Revolução Francesa – da qual as classes dirigentes italianas precisavam se defender – e recebido também a pressão das classes subalternas – ainda que incapazes de disputar o poder, por conta da debilidade teórica prática da direção. A revolução passiva, de todo modo, é uma revolução, pois faz avançar o processo histórico em senso progressivo. Mas também é passiva e restauradora, na medida em que surge como reflexo de uma mudança histórica iniciada alhures e que restaura o poder da classe dominante, sendo assim reacionária. A hegemonia de classe que surge desse processo é débil, porquanto a burguesia do Norte aliada às classes agrárias semifeudais do Sul sofre a oposição da Igreja e o não reconhecimento das classes subalternas, que se rebelam com frequência.

A partir de 1913, com a ampliação do estatuto da cidadania e com a guerra de 1915-1918, as massas populares se fizeram protagonistas em meio a uma crise social e política gravíssima. O impacto da Revolução Russa se fez sentir em particular na experiência dos conselhos de fábrica e, depois, na fundação do Partido comunista. As classes dominantes reagiram com a atração e manipulação do movimento fascista, que se mostrou competente para reordenar as classes dominantes e angariar uma base de massa para o Estado.

O predomínio passa a ser do capital financeiro, mas o regime serviu como mediador entre os interesses das diferentes frações burguesas, assim como preservou a contradição entre o Norte e o Sul do país, isto é, a questão meridional apenas ganhava nova face. Assim, o fascismo é um regime reacionário com base de massa na pequena burguesia, mas pode ser mais que isso, pode ser uma reordenação progressiva da dominação burguesa ao incorporar elementos do capitalismo mais

avanzado, que se expressaria no impulso à industrialização, ao planejamento, à organização científica do trabalho, o fordismo/taylorismo. A Itália venceu a crise capitalista por conta da criação de uma série de empresas públicas e autarquias, e nacionalizações, inclusive do sistema bancário.

No caderno 22, Gramsci vislumbra uma vertente do fascismo que pensava efetivamente na incorporação do fordismo na Itália, ainda que percebesse ser uma ação quase impossível, pois o fordismo demandaria um Estado liberal e uma cultura liberal no senso comum. No entanto, a organização científica do trabalho seria viável por meio de exacerbada coerção. Essa face “revolucionária” do fascismo, de todo modo tem que conviver com a necessidade de criar novas camadas de rentistas e de criar novos empregos de tipo organizativo e não produtivo. Esse é o meio de oferecer alguma segurança às camadas médias que dão suporte ao fascismo, mas acentua suas fraquezas e contradições (Gramsci, 1975).

O fascismo, enfim, pode ser considerado como uma revolução passiva por ter reordenado o Estado e a economia, as próprias classes sociais conduzindo a Itália a um novo patamar do desenvolvimento capitalista, capaz mesmo de lutar por um império colonial. Não resolveu e nem era esse o seu papel, a questão meridional, a questão da terra, do rentismo, pois parte da sua base social era beneficiária desses problemas deixados pelo *Risorgimento*.

Referências bibliográficas

- AAVV. *Le tesi di Lione: riflessioni su Gramsci e la storia d'Italia*. Milano: Franco Angeli, 1990.
GRAMSCI, A. *Contro la legge sulle associazioni segrete*. Roma: Manifestolibri, 1997.
GRAMSCI, A. *Quaderni del carcere*. Torino: Einaudi Editore, 4v., 1975.
TOGLIATTI, P. *Sul fascismo*. (A cura di Giuseppe Vacca). Bari: Editori Laterza, 2004.

Resumo

Este pequeno texto tem o objetivo bastante simples de apresentar a interpretação que os comunistas italianos elaboraram do fascismo, a evolução dessa interpretação e suas diferenças com a interpretação da Internacional Comunista. Antonio Gramsci e Palmiro Togliatti foram os dirigentes e formuladores políticos mais importantes do PCI, assim como importantes intérpretes do fenômeno fascista, ainda que, por certo, não os únicos.

Palavras-chave: Fascismo; Gramsci; Togliatti; PCI; IC.

Abstract

This short text has the simple purpose of presenting the Italian Communists' interpretation of fascism, the evolution of this interpretation and its differences with the interpretation of the Communist International. Antonio Gramsci and Palmiro Togliatti were the most important leaders of the PCI, as well as important interpreters of the fascist phenomenon, though certainly not the only ones.

Keywords: Fascism; Gramsci; Togliatti; PCI; IC.